

OBRAS PASTORAIS E DOCTRINÁRIAS  
DO MUNDO IBÉRICO

REGRAS DA  
IRMANDADE E  
HOSPITAL DE NOVA  
SENHORA DO PILAR DE  
SEVILHA

*Silvia María Pérez González;  
Alberto Ruiz-Berdejo Beato -  
Universidad Pablo de Olavide*

---

*O ensino da fé cristã na Península Ibérica  
(sécs. XIV, XV e XVI)*



# **Obras Pastorais e doutrinárias do mundo ibérico**

## **Regras da Irmandade e Hospital de Nova Senhora do Pilar de Sevilha**

**Para citação e referência:**

PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia María; RUIZ-BERDEJO BEATO, Alberto. Regras da Irmandade e Hospital de Nova Senhora do Pilar de Sevilha. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). **O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV, XV e XVI)**. Banco de dados (Online). 2021. Disponível em:  
Consulta em: XX/XX/ XXXX.

## **Regras da Irmandade e Hospital de Nova Senhora do Pilar de Sevilha**

Essa regra foi editada por Francisco Collantes de Terán com o título *Historia de la Hermandad y Hospital de peregrinos de Nuestra Señora del Pilar y de la capilla de este título que existe en la Santa Iglesia metropolitana y patriarcal de Sevilla*. Nós tratamos de uma segunda edição publicada em Sevilha pela imprensa de Enrique Bergali dentro da Coleção *Tradiciones religiosas de Sevilla*. O original se perdeu, mas existe um livro que pertence à Biblioteca Capitular e Colombina, no qual o canônico Juan de Loyasa recompilou todas as notícias sobre a irmandade na segunda metade do século XVII.

A redação desta regra data da época de Alfonso XI, irmão da própria confraria, especificamente em 10 de maio do ano de 1336. Foi escrita e assinada pelo escrivão do conselho da irmandade, Alfonso Esteban, e depois entregue pelo conselho e pelo procurador a Juan García de Trujillo, Diego Fernández e Diego Pérez, escrivães do rei, para sua confirmação. É de grande interesse apontar o feito de que a irmandade contava com seu próprio selo, e um de cera pendente que foi colocado no documento que continha sua regra. Este conjunto de capítulos que posteriormente regulamentariam a vida da confraria vem a ser o resultado da união de duas regras, a da Irmandade do Pilar e de seu hospital, junto a uma série de privilégios reais (como a isenção do pagamento de impostos, tais como o *portazzo*, o dízimo, o pedágio, a *castellería*, a passagem ou a roda) e de perdões outorgados por prelados cujos nomes se reconhecem. No total, a soma é de 27 capítulos nos quais se destacam com clareza o caráter militar que preside a confraria. Não podia ser de outra forma: os confrades são soldados aos quais a irmandade deve assistir, quando permanecem cativos em terras muçulmanas, quando perdem o cavalo de batalha, vivem em um hospital cuja organização pode ser qualificada de “militar”, etc. Não obstante, se trata de uma confraria religiosa e não de uma ordem militar, pelos quais se regulam aspectos próprios deste tipo de instituição como o ingresso nela, o número, a qualidade, e a qualidade de pessoas que poderiam ser confrades (contando com membros femininos entre os irmãos apesar do caráter “militar” já apontado), a transmissão hereditária do pertencimento à irmandade, a celebração de missas, festas e conselhos, etc. Podemos estabelecer, de forma muito genérica, quatro grandes temas que englobam os distintos capítulos, assinalando a porcentagem dos mesmos: organização interna da confraria e do hospital: 52%; atividade benéfica-assistencial: 18%; outros (imunidade, atividade militar, privilégios, isenções, perdões): 18%; Ingresso: 12%.

Essa confraria tinha um número limitado de confrades, que não podia superar a 30. Deles era exigido ser gente nobre e honrada, e para ter certeza disso foi encarregado a dois irmãos que se informassem secretamente sobre a nobreza e a honradez do pretendente. Os dados recolhidos eram levados ao conselho, onde o secretário ou o mordomo os lia e se votava, de forma secreta, se o candidato era admitido. Todos os votos deveriam ser positivos, caso contrário a admissão não teria efeito. Preferiam o ingresso dos filhos primogênitos dos confrades, que deviam provar a pureza de sangue da mãe. Uma vez admitido, o novo irmão deveria pagar 100 *reales* de entrada, que eram guardados em uma caixa cujos fluxos estavam destinados para a compra de 30 velas de cera de duas libras para acompanhar os enterros dos confrades defuntos.

O órgão fundamental do governo era o conselho, que se reunia mensalmente. À tal reunião deveriam assistir todos os confrades de forma obrigatória sob a pena de quatro *reales* pelo não comparecimento sem causa justificada. A convocatória ficava à cargo do *casero* a mando do *mayordomo*, e na reunião tratavam das questões relativas ao bom governo da confraria. Na entrada da sala do conselho foram penduradas duas pranchas de madeira, uma com as constituições para o conhecimento dos confrades assistentes e outra com seus nomes ordenados por senioridade. Um dos conselhos contavam com a assistência do regente, o prefeito dos Alcázares e o prior do convento de São Paulo, que visitavam o hospital uma vez por ano.

Nestes conselhos se nomeavam os distintos cargos da confraria e os responsáveis por diferentes serviços. Entre os cargos pertencentes à junta de governo se destacam o prior e o *mayordomo*, que não podiam ser homens poderosos nem cavaleiros, mas cidadãos. Também se designava o capelão, que ficava encarregado de celebrar uma missa diária, além de outras festas do calendário litúrgico. Deveria ser uma pessoa de boa vida e fama, proibido de contar com algum benefício paroquial ou capelania como garantia do seu bom serviço. Também deveria supervisionar o refeitório, único lugar onde se servia comida aos acometidos no hospital, pois era totalmente proibido comer fora dele, para abençoar a mesa.

Chama, poderosamente, a atenção a proteção que a confraria dispensava aos seus membros. Em primeiro lugar, existia o compromisso de manter o irmão que caísse na pobreza até o final dos seus dias, assim como a boa organização que distinguia o hospital administrado pela instituição. Cada semana se nomeava entre os soldados um supervisor que, junto ao *casero*, ficava encarregado de assegurar o abastecimento do hospital. Entre a sua equipe também contava com um *mayordomo*, responsável por dividir a roupa entre

os soldados e de assegurar de que estes levassem no peito um escudo das armas de Castela, o que permitia distingui-los. Junto aos cuidados corporais, a cura das almas era aplicada mediante a celebração de missas, a cargo do capelão, cujo controle era ocupado pelo supervisor. Estava proibido o acesso a quem não fosse confrade, ainda que este centro assistencial gozasse da imunidade jurídica própria das instituições eclesiásticas. Desta forma, as pessoas que eram internadas no hospital tinham garantida a imunidade ante qualquer autoridade, marcando as portas como se fossem uma barreira física protetora.

Quando os cuidados dispensados no hospital não eram suficientes e o soldado morria, a confraria se ocupava de seu enterro. Todos os irmãos tinham a obrigação de assistir aos enterros, de tal maneira que, o que faltasse, se não fosse por ausência por enfermidade ou outro impedimento legítimo, era punido com quatro *ducados*. O caixão do falecido era coberto com um pano de veludo preto com as armas reais.

Pelas almas dos falecidos se rezavam nas numerosas missas que celebrava a irmandade nas cinco festas marianas, em todas as páscoas do ano, nas festas dos 12 apóstolos e dos quatro evangelistas, e nos dias de São João Batista, São Lourenço, São Miguel, Santo Antônio, São Brás, Santo Domingo, São Francisco, Santa Maria Madalena, Santa Cecília, Santa Catarina, Santa Margarita e Santa Cruz, além da missa de cada sábado.

**Palavras-chave:** Irmandade; Hospital de Nossa Senhora do Pilar de Sevilha; regras

Silvia María Pérez González  
Alberto Ruiz-Berdejo Beato  
Universidad Pablo de Olavide

## **Regla de la Hermandad y Hospital de Nuestra Señora Del Pilar De Sevilla**

Esta regla fue editada por Francisco Collantes de Terán con el título de *Historia de la Hermandad y Hospital de peregrinos de Nuestra Señora del Pilar y de la capilla de este título que existe en la Santa Iglesia metropolitana y patriarcal de Sevilla*. Nosotros hemos manejado una segunda edición publicada en Sevilla por la imprenta de Enrique

Bergali dentro de la Colección *Tradiciones religiosas de Sevilla*. El original se ha perdido, pero se conserva en un libro perteneciente a la Biblioteca Capitular y Colombina, donde el canónigo Juan de Loaysa recopiló todas las noticias sobre la hermandad en la segunda mitad de siglo XVII.

La redacción de esta regla data de época de Alfonso XI, hermano de la propia cofradía, en concreto del diez de mayo del año 1336. Fue escrita y firmada por el escribano de cabildo de la hermandad, Alfonso Esteban, y más tarde entregada por el cabildo y por el procurador a Juan García de Trujillo, Diego Fernández y Diego Pérez, escribanos del rey, para su confirmación. Resulta de gran interés señalar el hecho de que la hermandad contara con su propio sello y uno de cera pendiente que se colocó en el documento que contenía su regla. Este conjunto de capítulos que en adelante reglamentarían la vida de la cofradía viene a ser el resultado de la unión de dos reglas, la de la Hermandad del Pilar y la de su hospital, junto con una serie de privilegios reales (como la exención del pago de impuestos como el portazgo, el diezmo, el peaje, la castillería, el pasaje o la roda) y de perdones otorgados por preladados cuyos nombres se recogen. La suma total de todo ello es de veintisiete capítulos en los que destaca con claridad el carácter militar que preside la cofradía. No podía ser de otra forma: los cofrades son soldados a los que la hermandad debe asistir cuando permanecen cautivos en tierras musulmanas, cuando pierden el caballo en la batalla, viven en un hospital cuya organización puede recibir el calificativo de “castrense”, etc. No obstante, se trata de una cofradía religiosa y no de una orden militar, por lo que se regulan aspectos propios de este tipo de institución como el ingreso en ella, el número, calidad y cualidad de las personas que podían ser cofrades (contando con miembros femeninos entre los hermanos pese al carácter “militar” ya apuntado), la transmisión hereditaria de la pertenencia a la cofradía, la celebración de misas, fiestas y cabildos, etc. Podemos establecer, de forma muy general, cuatro grandes temas en los que se engloban los distintos capítulos, señalándose el porcentaje de los mismos: organización interna de la cofradía y del hospital: 52 %; actividad benéfico-asistencial: 18%; otros (inmunidad, actividad militar, privilegios, exenciones, perdones): 18%; Ingreso: 12%.

Esta cofradía tenía un número limitado de cofrades que no podía superar los 30. Se les exigía ser gente noble y honrada, y para tener certeza de ello se encargaba a dos hermanos que se informasen de forma secreta de la nobleza y honradez del pretendiente. Los datos recabados eran llevados a cabildo donde el secretario o mayordomo los leía y se votaba de forma secreta si el candidato era admitido. Todos los votos debían ser

positivos, pues de lo contrario la admisión quedaba sin efecto. Se prefería el ingreso de los hijos primogénitos de los cofrades, debiéndose probar la limpieza de sangre de la madre. Una vez admitido, el nuevo cofrade debía pagar 100 reales de entrada, los cuales se guardaban en una caja cuyos caudales estaban destinados a la compra de 30 velas de cera de dos libras para acompañar los entierros de los cofrades difuntos.

El órgano fundamental de gobierno era el cabildo que se reunía mensualmente. A dicha reunión debían asistir todos los cofrades de forma obligatoria bajo pena de cuatro reales por la incomparecencia sin causa justificada. La convocatoria corría a cargo del casero por mandato del mayordomo, y en la reunión se trataban las cuestiones relativas al buen gobierno de la cofradía. A la entrada de la sala del cabildo se colgaban dos tablas, una con las constituciones para conocimiento de los cofrades asistentes y otra con sus nombres ordenados por antigüedad. Uno de los cabildos contaba con la asistencia del regente, el alcaide de los Alcázares y el prior del convento de San Pablo, que visitaban el hospital una vez al año.

En estos cabildos se nombraba a los distintos cargos de la cofradía y a los responsables de diferentes servicios. Entre los cargos pertenecientes a la junta de gobierno destacan el prioste y el mayordomo, que no podían ser hombres poderosos ni caballeros, sino ciudadanos. También se designaba al capellán, que estaba encargado de celebrar una misa diaria además de otras fiestas del calendario litúrgico. Debía ser persona de buena vida y fama, teniendo prohibido contar con algún beneficio parroquial o capellanía como garantía de su buen servicio. También debía acudir al refectorio, único lugar donde se servía la comida a los acogidos en el hospital pues estaba totalmente prohibido comer fuera de él, para bendecir la mesa.

Llama poderosamente la atención la protección que la cofradía dispensaba a sus miembros. En primer lugar, existía el compromiso de mantener al hermano que cayese en la pobreza hasta el final de sus días, así como la buena organización que distinguía al hospital que la institución regentaba. Cada semana se nombraba entre los soldados a un veedor que, junto con el casero, era el encargado de asegurar el aprovisionamiento del hospital. Entre su personal también contaba con un mayordomo, responsable de repartir la ropa entre los soldados y de asegurarse de que estos llevasen en el pecho un escudo de las armas de Castilla que permitía distinguirlos. Junto a los cuidados corporales la cura de las almas se aplicaba mediante la celebración de misas a cargo del capellán, de cuyo control ocupaba el veedor. Estaba prohibido el acceso a quien no fuese cofrade, si bien este centro asistencial gozaba de la inmunidad jurídica propia de las instituciones

eclesiásticas. De esta forma, las personas que se acogían al hospital tenían garantizada la inmunidad ante cualquier autoridad, marcando las puertas una barrera física protectora.

Cuando los cuidados dispensados en el hospital no eran suficientes y el soldado moría, la cofradía se ocupaba de su entierro. Todos los hermanos tenían obligación de asistir a los entierros, de tal manera que el que faltase, si no fuere por ausencia o enfermedad u otro legítimo impedimento, era penado con cuatro ducados. El ataúd del difunto se cubría con un paño de terciopelo negro con las armas reales.

Por las almas de los fallecidos se rezaba en las numerosas misas que celebraba la cofradía en las cinco fiestas marianas, todas las pascuas del año, las fiestas de los doce apóstoles y los cuatro evangelistas, y los días de san Juan Bautista, san Lorenzo, san Miguel, san Antón, san Blas, santo Domingo, san Francisco, santa María Magdalena, santa Cecilia, santa Catalina, santa Margarita y la santa Cruz, además de la misa de cada sábado.

**Palabras-clave:** Hermandad; Hospital de Nuestra Señora del Pilar de Sevilla; reglas

Silvia María Pérez González

Alberto Ruiz-Berdejo Beato

Universidad Pablo de Olavide

## **Bibliografía**

COLLANTES DE TERÁN, Francisco. Historia de la Hermandad y hospital de peregrinos de Ntra. Sra. del Pilar y de la capilla de este título que existe en la Santa Iglesia Metropolitana de Sevilla. Segunda Edición. Sevilla. Imp. de Enrique Bergali. Sierpes, 104, s/a.

## **Trecho traduzido e modernizado**

Os confrades que então eram, e foram depois admitidos à participação do fruto dos exercícios espirituais das religiões de São Francisco por cartas da irmandade dados por



Fr. Fernán Perez, Ministro dos Frades Menores de Castela, data em Sevilha, em 20 de janeiro, ano 1323, e de Fr. Juan Martel estando nesta cidade em primeiro de julho de 1333: pelo frei Martin Prior Provincial dos pregadores de toda a Espanha, concedendo sepultura aos confrades em suas igrejas, em Santiago a 10 de janeiro da era 1363, ano 1325 e Fr. Juan del Alcaraz de S. Agustin de Espanha estando nesta cidade em 22 de agosto da era 1363, ano 1325.

**Autor do documento:** Francisco Collantes de Terán

**Título do documento:** *Historia de la Hermandad y Hospital de peregrinos de Nuestra Señora del Pilar y de la capilla de este título que existe en la Santa Iglesia metropolitana y patriarcal de Sevilla* (edição crítica)

**Data da composição:** 1336.

**Lugar de composição ou impressão:** Espanha

**Imagem:** páginas 25 e 26 -

[http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/es/catalogo\\_imagenes/grupo.do?path=150787](http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=150787)